



EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S.A.

CNPJ/MF: 59.152.629/0001-08

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como as Notas Explicativas. Colocamo-nos à vossa disposição para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	2012	2011	Passivo e Patrimônio Líquido	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	20.062	32.268	Fornecedores	693	275
Aplicações financeiras	-	2.212	Salários, férias e encargos sociais a pagar	2.140	1.724
Contas a receber	1.575	1.870	Empréstimos e financiamentos	215	183
Sociedades congêneres	3.561	3.103	Dividendos a pagar	3.095	3.349
Impostos e contribuições a recuperar	499	161	Obrigações fiscais e tributárias	588	539
Outros ativos	363	341	Provisão para remuneração variável	48	42
Total do ativo circulante	26.060	39.955	Outras contas a pagar	115	163
			Total do passivo circulante	6.894	6.275
Não Circulante			Não Circulante		
Depósitos judiciais	1.132	989	Empréstimos e financiamentos	1.397	1.536
Imposto de renda e contribuição social diferidos	79	163	Provisão para riscos tributários	1.175	1.043
Imobilizado	15.146	14.683	Total do passivo não circulante	2.572	2.579
Intangível	196	106	Total do Passivo	9.466	8.854
Total do ativo não circulante	16.553	15.941	Patrimônio Líquido:		
			Capital social	12.000	12.000
Total do Ativo	42.613	55.896	Reservas de lucros	21.147	35.042
			Total do patrimônio líquido	33.147	47.042
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	42.613	55.896

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31/12/2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)	2012	2011
Receita Líquida dos Serviços Prestados	43.689	43.327
Custo dos Serviços Prestados	(24.688)	(24.455)
Lucro Bruto	19.001	18.872
(Despesas) Receitas Operacionais		
Gerais e administrativas	(5.457)	(4.211)
Outras receitas operacionais, líquidas	38	149
Total das despesas operacionais	(5.419)	(4.062)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	13.582	14.810
Receitas financeiras	2.394	3.491
Despesas financeiras	(96)	(100)
Total do resultado financeiro	2.298	3.391
Lucro Antes do IR e da Contribuição Social IR e Contribuição Social:	15.880	18.201
Corrente	(2.766)	(4.263)
Diferido	(84)	163
	(2.850)	(4.100)
Lucro Líquido do Exercício	13.030	14.101
Lucro Líquido por Ação - R\$	13,030	14,101

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31/12/2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	
	Capital	Reserva legal	Orçamento de capital	Total	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	10.000	1.124	28.102	29.226	-
Aumento de capital com reservas	2.000	(479)	(1.521)	(2.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	705	-	705	14.101
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	(705)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(2.936)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.349)
Reserva de lucros para orçamento de capital	-	-	7.111	7.111	(7.111)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	12.000	1.350	33.692	35.042	47.042
Lucro líquido do exercício	-	652	-	652	13.030
Constituição de reserva legal	-	-	(23.830)	(23.830)	(652)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(23.830)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.095)
Reserva de lucros para orçamento de capital	-	-	9.283	9.283	(9.283)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	12.000	2.002	19.145	21.147	33.147

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Empresa Pioneira de Televisão S.A. ("Sociedade"), com emissora em São Carlos, dedica-se a atividades de radiodifusão. Como emissora afiliada à Rede Globo de Televisão, a Sociedade tem sua programação básica fornecida por aquela empresa, com suporte formal em contratos firmados entre as partes. Os saldos e resultados provenientes das transações com a Rede Globo refletem as condições estabelecidas em negociações, suportadas por esses contratos. **2. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das S.A. e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31/12/2012 e 2011 são as seguintes: **2.1. Ativos financeiros: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que se aproximam de seu valor justo, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **b. Aplicações financeiras:** Classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação, quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Adm. não tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária ou variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridas até a data das demonstrações financeiras. As aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **c. Avaliação da capacidade de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da capacidade de recuperação de ativos ("impairment"). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **2.2. Contas a receber:** Registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário, é constituída com base em análise de cada uma das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Adm. para cobrir eventuais perdas na realização. **2.3. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição (ou de construção), incluindo bens adquiridos por meio de contratos de arrendamento mercantil ("leasing" financeiro), os quais são registrados pelo respectivo valor à vista ou ajustados a valor presente, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, são revisadas no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, conforme descrito na nota explicativa nº 6. **2.4. Provisões:**

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos para seu pagamento e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O saldo de provisões é a melhor estimativa da Adm. sobre o valor de sua liquidação na data do encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados. Quando a provisão é calculada utilizando o fluxo de caixa estimado para sua liquidação, seu valor presente é determinado pelo método do fluxo de caixa descontado. Provisão para remuneração variável A Sociedade paga remuneração variável aos seus colaboradores. O pagamento dessa remuneração está vinculado ao resultado do exercício e os critérios para sua determinação são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores calculados são provisionados e debitados ao resultado do exercício. **2.5. Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais. A Sociedade não possui instrumentos de patrimônio em 31/12/2012 e 2011. **b) Empréstimos e financiamentos:** Demonstrados pelo custo amortizado. Adicionalmente, são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **c) Instrumentos de patrimônio:** Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos. A Sociedade não possui itens classificados nesta categoria em 31/12/2012 e 2011. **2.6. IR e contribuição social:** A despesa de IR e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto corrente é o imposto a pagar ou o crédito tributário a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às alíquotas de impostos com vigência na data base das demonstrações financ. IR e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financ. Entretanto, o IR e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. IR e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financ. e aplicáveis quando os respectivos impostos de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva sobre a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de IR e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. A despesa ou crédito com IR e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas, as quais são reconhecidas no resultado, a menos que estejam relacionadas à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos ao patrimônio líquido. A Sociedade somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Sociedade determina se uma obrigação presente existe no final do exercício, considerando todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Sociedade também leva em consideração se é provável que exista uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita. **2.7. Receita dos serviços prestados:** Registrada quando o desfecho de transação que envolve a prestação de serviços possa ser confiavelmente estimado e todas as seguintes condições forem satisfeitas: (a) o valor da receita puder ser mensurado; (b) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Sociedade; (c) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser mensurada; e (d) as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, possam ser mensuradas. **2.8. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "Dividendos" por ser considerado uma obrigação legal. A Assembleia Geral poderá deliberar por valores complementares a distribuir. **2.9. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31/12/2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	13.030	14.101
Fluxo líquido do exercício	13.030	14.101
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais:		
Provisão para riscos tributários	132	222
Depreciação e amortização	1.897	1.775
Baixa do ativo imobilizado	18	18
Juros e variações monetárias de empréstimos	90	96
IR e contribuição social - corrente e diferido	2.850	4.100
(Aumento) redução dos ativos operacionais:		
Contas a receber	295	(131)
Sociedades congêneres	(458)	(239)
Impostos e contribuições a recuperar	(338)	(610)
Outros ativos	(22)	(107)
Depósitos judiciais	(143)	186
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	141	(825)
Salários, férias e encargos sociais a pagar	416	171
Obrigações fiscais e tributárias	100	255
Provisão para remuneração variável	6	(532)
Outras contas a pagar	(48)	74
Caixa líquido gerado pelas ativ. operacionais	17.966	18.554
IR e contribuição social sobre o lucro líq. pagos	(2.817)	(3.970)
Caixa líquido gerado nas operações	15.149	14.584
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações financeiras	-	(2.212)
Resgates de aplicações financeiras	2.212	-
Aquisição de intangível	(179)	(28)
Aquisição de imobilizado	(2.012)	(4.081)
Caixa líquido aplicado nas ativ. de investimento	21	(6.321)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos e pagos	(27.179)	(6.001)
Captações de empréstimos e financiamentos	-	806
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(197)	(179)
Caixa líquido aplicado nas ativ. de financiamento	(27.376)	(5.374)
(Redu) aumen. do saldo de caixa e equi. de caixa	(12.206)	2.889
Caixa e equi. de caixa no início do exercício	32.268	29.379
Caixa e equi. de caixa no fim do exercício	20.062	32.268

elaboração das demonstrações financeiras: O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a) Vida útil de ativos de longa duração. b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa. c) Mensuração do valor justo de instrumentos financ. d) Constituição de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **2.10. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Sociedade:** Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM: CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11); CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada); CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10); CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12); CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13). A Administração avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM: CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11); CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada); CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10); CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12); CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13). A Administração avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. **3. Capital Social:** em 31/12/2012 e 2011, o capital social integralizado no montante de R\$12.000 é representado por 1.000 ações ordinárias, sendo composto por 900 ações ordinárias classe A e 100 ações ordinárias classe B, todas nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias classes A e B têm direito a dividendo mínimo.

A Diretoria - Jelson Felcissimo - CT CRC 1SP155686/O-5

As Demonstrações completas foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não contendo ressalvas, estando disponíveis na sede da Companhia.